



----- ACTA N.º3/2013 -----

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE:-----

----- Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze, pelas
vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em
sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, para discutir os assuntos
constantes da convocatória número três/dois mil e treze.-----

----- A Mesa foi constituída por: -----

Presidente – José Manuel Gonçalves Bastos.-----

Primeiro Secretário – Manuel Lino Leão Moreira Machado.-----

Segundo Secretário – Ana Sofia Nunes Paulos.-----

----- O Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Feita a chamada
verificou-se a **presença** de **trinta e dois** deputados, sendo eles: José
Manuel Gonçalves Bastos, Paulo Jorge Rodrigues Ferreira, Francisco
Freitas Sousa Magalhães que substituiu Palmira Ferreira Meireles
Alpedrinha Ramos, Maria da Conceição Marques Nunes, José Carneiro de
Oliveira Neto, Joaquim Adelino Moreira de Sousa, Vitor Albano Rompante
Carneiro, Mário Jorge Pinto de Almeida, Paula Cristina Pereira Gonçalves
e Álvaro, Miguel João Coelho da Costa, Roberto da Silva Santos, Ângelo
de Jesus Ribeiro Barbosa, Ana Sofia Nunes Paulos, Manuel Lino Leão
Moreira Machado, José Luís Ribeiro Gomes da Costa, Maximino Pacheco
Queirós, Isaura de Jesus Oliveira Mendes, Abílio Fernando Gomes de
Barros, José Maria Gomes de Matos, Manuel Carlos Neto Salgado,
António José Carneiro Ribeiro de Meireles, Luís da Costa Neto que



substituiu António Filipe Bessa Marques, Antero Fernando Dias Nunes Teixeira que substituiu Luís Nunes da Silva, Olga Maria Nunes Teixeira que substituiu José Carlos da Costa Souto, José Maria Taipa Pinto Nogueira, David de Freitas Coelho, Amadeu Alves Ferreira, António da Costa Dias, Artur Alexandre Soares da Costa que substituiu Tiago de Sousa Babo, António Duarte Dias de Carvalho, Joaquim Machado dos Santos e Joaquim Carneiro Pinto e a **ausência** de Joaquim Agostinho Moreira da Silva Pinto, Elsa Maria Freitas Ribeiro, Leonel Domingos Andrade de Oliveira, Paula Cristina Martins Gonçalves e José Joaquim da Silva Martins da Costa. -----

----- Na bancada da Câmara Municipal marcaram presença o seu Presidente, Pedro Pinto, e os Vereadores Humberto Brito, António Coelho, Paulo Sérgio Barbosa, João Viriato Vasconcelos que substituiu Filomena Silva e Eugénio Coelho. -----



----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO RESERVADO AO PÚBLICO -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** deu por aberto o período de intervenção reservado ao público. Interveio o senhor José Carlos Coelho, de Carvalhosa, para se referir à construção de um muro, por um vizinho, e alertar para a igualdade de tratamento relativamente a licenças e construções; para se referir à recolha do lixo, que considera insuficiente, dado ao amontoado em frente a sua casa e reclamou do atraso do pagamento de uma factura relativa a uma escultura feita por si.-----

-----Interveio o Senhor Joaquim Nunes, de Modelos, para se referir ao estacionamento desordenado nas piscinas municipais o que dificulta o seu acesso e também referir-se ao facto de ter encontrado alguém que andava de bicicleta naquelas instalações, o que considera grave; focou também a falta de iluminação pública no concelho e a sua má distribuição. Referiu ainda que se sentiu insultado pelo deputado José Neto numa sessão anterior.-----

----- As respostas às intervenções e os esclarecimentos foram devidamente fornecidos pelo Senhor **Presidente da Câmara**.-----



-----ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para abrir as inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra os deputados: o deputado **José Neto** para esclarecer que nunca insultou ninguém, que respeita muito as origens das pessoas e o esforço que fazem para prosseguir na vida, que considera as intervenções do público importantes e, portanto, pedia desculpa se tinha sido mal interpretado; queria registar também a intervenção que a junta de freguesia de Paços de Ferreira fez nos candeeiros do jardim da Praça Dr. Luís e D. Sílvia Cardoso, na sequência da sua intervenção na última Assembleia Municipal; elogiou o Parque de Lazer da cidade que é um centro de convívio e bem-estar, referiu-se à visita dos Primeiros-ministros da Suécia e de Portugal e da visita que foi feita à fábrica da Swedwood. Elogiou também o novo empreendimento do Grupo Martins, um bom exemplo de empreendedorismo e motivação para o sucesso em tempo de crise; **José Luís Costa** para esclarecer que, na Europa, a média de recolha de lixo por semana são de 3 dias e os próprios têm de fazer a selecção do lixo e, sendo avesso ao diz que disse, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara lhe dissesse se influenciou o repertório de músicas da banda, impedindo-a de tocar a *Grândola Vila Morena no 25 de Abril*; **José Maria Matos** que reclamou do estado das estradas na sua freguesia.-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que referiu partilhar da opinião do deputado José Neto em relação ao parque de lazer e que retirar o muro logo à frente foi a melhor opção; que faz 5 anos que



existe a fábrica do Ikea e que lá trabalham cerca de 1400 pessoas e que se demonstrou ao primeiro-ministro sueco a capacidade de trabalho e inovação de várias empresas do concelho, aproveitando para enaltecer o esforço que os empresários têm feito numa época difícil; que relativamente à separação do lixo, esta é uma questão que ajuda o ambiente e a nossa qualidade de vida e relativamente à banda, nunca se intrometeu na vida das associações do concelho e nunca condicionou o que quer que fosse; relativamente à recuperação das vias, facto é que a grande intervenção que tem vindo a acontecer é em Carvalhosa, que, como em vários locais, o tapete não poderá ser colocado nestas condições de chuva e humidade.-----

-----Pedi a palavra o deputado **Paulo Ferreira** que referiu que o grande problema com as vias não é o tempo mas a situação financeira da Câmara para com os empreiteiros e este problema começou há alguns anos, quando a Câmara optou por adquirir estradas à empresa Estradas de Portugal a troco de dinheiro e agora tem vários quilómetros de estradas para recuperar; o deputado **Maximino Queirós** interveio para referir que o Grupo Martins é um bom exemplo de sucesso mas convém não esquecer que este concelho é dos que têm uma maior taxa de desemprego do país; alertou também para o buraco que existe há um ano na Rua Morgado Rego, sobre o qual já falou para ser intervencionado e nada se passou.-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que referiu que uma das grandes apostas deste Executivo foi a rede viária e que os pagamentos, co-financiados pela União Europeia, foram hoje mesmo carregados na plataforma electrónica para estas obras e que em princípio terão no prazo de, no máximo, quinze dias; são obras profundas, morosas e, em todos os projectos para as estradas, o Partido Socialista nunca votou



contra e nestes últimos anos nota-se bem a diferença entre o que havia e o que foi feito; em relação ao desemprego, o que a Câmara tem feito é ajudar ao desenvolvimento das empresas e não o contrário e relativamente ao buraco na Rua Morgado Rego, tem a ver com a conduta adutora e aos problemas de rebentamento que tem havido, mas os quais compete à AGS resolver.-----

-----Interveio o deputado **Maximino Queirós** que afirmou que, além do buraco que está cheio de inertes e se torna perigoso, aquela zona é também muito pouco iluminada.-----



-----PONTO ZERO-----

----- APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 27/02/2013. -----

----- Aberto este ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa**, para submeter à discussão a acta da sessão de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e treze.-----

A Acta em discussão foi aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor e cinco abstenções.-----



-----PONTO UM-----

---- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA. -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** abriu este ponto da ordem do dia e abriu as inscrições. Interveio o deputado **José Neto**, que quis evidenciar alguns factos: a actuação das bandas de música de Freamunde e de Paços de Ferreira, do seu belo reportório e do tributo que foi feito a Zeca Afonso, elogiar o Ensemble Vocal de Freamunde pela sua qualidade e a sua actuação no Centro Cultural de Belém; no que diz respeito ao desporto, enaltecer os organizadores do Movimento para a Vida 2013 com a ajuda da Cruz Vermelha, na avaliação de questões de saúde, os jogos concelhios, na dinamização dos jogos populares que vêm reavivar as nossas origens e a nossa cultura e, por último, a realização das jornadas médico-desportivas em colaboração com a Câmara Municipal, vários organismos desportivos, bombeiros, etc.; interveio o deputado **Paulo Ferreira** para referir que, apesar de todas as boas notícias plasmadas na informação, o que destoa é a situação económica e financeira da Câmara Municipal.-----



-----PONTO DOIS-----

----- CONTRATO DE INVESTIMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE
PAÇOS DE FERREIRA, A PFR INVEST E ANTÓNIO FRANCISCO
FERREIRA DE BRITO, LDA.-----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** abriu este ponto da ordem de
trabalhos e abriu as inscrições. Interveio o deputado **Paulo Ferreira** para
afirmar que a bancada do Partido Socialista iria votar a favor este ponto.-----

-----A proposta foi colocada a votação tendo sido aprovada por
unanimidade.-----



-----PONTO TRÊS-----

----- ALTERAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE INVESTIMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA, A PFR INVEST E SUCATÃO, UNIPESSOAL, LDA.-----

----- Sobre este ponto o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** comunicou aos Senhores deputados a existência de um lapso material, que lhe foi documentalmente transmitido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor: no ofício da PFR Invest e na Cláusula 5ª da minuta de Contrato de Investimento, onde se lê “artigo 1342 de Freamunde”, deverá ler-se “artigo 1149, de Freamunde”, tendo a Assembleia Municipal, por unanimidade, aceite a rectificação do lapso material.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria com vinte e três votos a favor e nove abstenções. -----



-----PONTO QUATRO-----

----- APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012.-----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** abriu este ponto da ordem de trabalhos e as inscrições. Inscreveu-se para usar da palavra o deputado **Joaquim Sousa** que afirmou que a situação financeira da Câmara é muito preocupante, pois as receitas, desde 2009, têm vindo a diminuir drasticamente, as despesas correntes representam, em 2012, 65% da despesa total e não foram superiores devido aos cortes dos subsídios dos funcionários públicos, tendo as despesas em investimento caído também drasticamente. O passivo da Câmara já está em 128M€, a dívida da Câmara, de curto e longo prazo está à volta de 61M€, mais as dívidas das empresas municipais de 104M€, acrescendo a estes números, valores que não estão registados nos documentos nomeadamente as tarifas de ligação da água da AGS que são à volta de 2,3M€, e portanto, estes números seriam maiores. Por outro lado também temos o problema da dívida da AGS e que também não vê reflectido nas contas Relativamente à certificação, não foram validadas muitas contas, muitos valores, e não foram feitas a consolidação das contas do Município com as empresas municipais, facto que se repete de ano a ano. Outro aspecto importante é que aprovamos em 2012 um Orçamento de 59M€, as despesas assumidas são na ordem dos 79M€, portanto, há 20M€ que não estão orçamentados, ou seja, vamos ter nos próximos anos um aumento brutal da dívida. Em



relação ao prazo médio de pagamento a fornecedores, segundo a DGAL, no final de 2011 era de 453 dias; no 2º semestre de 2012 era de 682 dias, o que considera uma vergonha e perante as receitas que a Câmara tem, como será possível resolver um problema destes.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para responder ao senhor deputado anterior que, nas palavras dele, as receitas estão a diminuir drasticamente, mas as afirmações do Partido Socialista dizem o contrário; que, quando é para fazer, para construir, através das propostas emanadas pelo Executivo do PSD, o PS ou vota a favor ou se abstém, depois quando é para gastar dinheiro, que são medidas impopulares, o PS vota contra; uma oposição responsável deve dizer que então não pode ou não deve fazer ou não é necessário fazer ou então dizer que é deitar dinheiro fora. Relativamente a investimentos com Fundos Comunitários, em 2011 a Câmara Municipal recebeu 11 milhões de euros, 3 milhões e 900 mil euros em 2012 e este ano espera-se receber à volta de 7, 8 milhões de euros, aplicados em investimento e desenvolvimento estruturante, pois é assim que se prepara o futuro, e o grande desafio deste Município é conseguir fazer uma gestão em que o dinheiro que se poderia dar como certo, que são as transferências do Governo, foram drasticamente reduzidas; na verdade, todo o trabalho despendido por este Executivo tem tido como lema muita luta, trabalho, esforço e credibilidade, pois com pouco, se tem feito muito e aumentado a qualidade de vida da população, pois com dinheiro qualquer um faz obra, mas gerir acordos de pagamento com os credores como se tem feito, manter taxas de IMI abaixo da média do distrito do Porto, contrariamente ao que diz a oposição, com o coeficiente de deslocalização abaixo da média do distrito do Porto, isso sim



1^c

é de difícil gestão, e a oposição pode muito bem dizer que “*não tem dinheiro não faz obra*” mas a nossa população não pode ficar prejudicada no seu bem-estar e qualidade de vida, comparavelmente com outros locais, só porque o Governo decidiu cortar nas transferências; e esse é um problema de gestão do Executivo, não da população! Objectivamente, não podem apontar nenhum projecto que não deveria ter sido feito para bem dos habitantes do Município que, após recolha documental de Assembleias anteriores, a oposição quase sempre votou por unanimidade. Questiona então, o que não deveria ter sido feito. Há várias Câmaras que têm tanto dinheiro de transferências do Estado e em Fundos Comunitários é muito pouco porque gerir Fundos Comunitários dá trabalho, é preciso ser-se competente para gerir um concelho com pouco financiamento, poucos recursos e poucas receitas, e não baixar o nível de vida da população e criar condições de esperança para o futuro. A dívida a instituições de crédito desceu, a dívida a fornecedores, apesar da conjuntura, desceu, o resultado líquido do exercício desceu, de 10 milhões negativos em 2010 para 104 mil negativos em 2012, verifica-se o decréscimo das transferências do Estado, verifica-se o cumprimento do equilíbrio orçamental, a diminuição da dívida e à data de 31 de Dezembro, havia 4,6 milhões de euros a receber de fundos comunitários e outros contratos com o Estado e se nessa data se tivesse esse dinheiro havia uma redução da dívida de 7,5 milhões de euros. Portanto, os senhores deputados da oposição fazem mal as contas, consideram uns valores e não consideram outros e daí quererem induzir em erro quem os ouve. Relativamente à consolidação das contas da Câmara Municipal com as empresas municipais, realmente esta não foi feita por incapacidade de resposta do pouco pessoal que cá trabalha, no entanto as duas empresas



municipais apresentaram resultados líquidos do exercício positivos, o que significa que não mexe no endividamento líquido da câmara municipal.-----

-----Pedi para intervir o deputado **Paulo Ferreira** que concorda que o Senhor Presidente defenda as contas da Câmara mas que deverá limitar-se a gastar o que pode, mediante o que tem e é muito fácil vir para aqui dizer que a população tem direitos mas os fornecedores também os têm e não é politicamente correcto nem moralmente aceitável fazer obra e ficar 1, 2 ou 3 anos por pagar porque isso implica a falência de outras empresas e o mal de muita gente e todos nós sabemos que não há condições para a Câmara Municipal conseguir honrar os compromissos com os fornecedores em prazos minimamente razoáveis; que relativamente à consolidação das contas, obviamente que é uma desculpa que o Senhor Presidente quis dar pois os funcionários seguem as instruções que lhes dão; considera absurdo o Senhor Presidente da Câmara justificar os seus actos com o sentido de voto da bancada da oposição e responsabilizá-la pela gestão da Câmara pois esta bancada sempre alertou para o caos económico e financeiro que esta Câmara iria ter e questionou o Presidente da Câmara sobre a data de liquidação da dívida de 37 milhões de euros aos fornecedores e onde se arranjará receitas para pagar estes valores.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que começou por responder que logicamente este valor não é estático, vai sendo pago e cada vez mais rápido porque o grosso do investimento está feito e, para o bem e para o mal, os financiamentos também vão sendo alterados e por esse motivo, a opção é ser criterioso naquilo que é importante, ir cortando naquilo que não é urgente, racionalizar as escolhas e ter visão para o futuro, estando sempre dependente das condições de governação e das alterações



das regras do jogo; em relação aos pagamentos dos empréstimos bancários têm prazos alargados pois estão a terminar uns prazos de pagamento, outros vão a meio, outros faltam dois anos, e quanto a fornecedores, dos 37 milhões, 7 milhões vêm pelo PAEL, e dos 30 milhões, 18 estão em acordos de pagamento que têm vindo a ser cumpridos e o prazo médio de pagamento a fornecedores não espelha a realidade, que é muito inferior, devido a movimentos contabilísticos ficando por tratar 10 milhões de euros dos quais vários são de fundos comunitários, que demoram a chegar, portanto, obviamente é muito difícil ser Presidente de Câmara nestas circunstâncias, onde existe população dispersa, num concelho com quase 500 Km de estrada e onde se quer chegar a toda a gente. Relativamente ao pessoal da Câmara, em conjunto tenta-se sempre cumprir os objectivos e nos prazos respectivos, nem que para isso se tenha que trabalhar, como às vezes acontece, 40 ou 45 horas seguidas; o problema é serem mesmo poucos.-----

-----Pedi para intervir o deputado **Joaquim Sousa** para referir que relativamente aos acordos de pagamento aos credores, até o próprio ROC não consegue apurar o montante em dívida e que põe em dúvida o cumprimento da liquidação e que a bancada da oposição tem conhecimento das coisas apenas pelos documentos que são disponibilizados, não batendo certo com aquilo que o Senhor Presidente da Câmara tem afirmado.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que justificou as suas respostas com os respectivos movimentos contabilísticos.-----

----- A proposta foi colocada a votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e três votos a favor, sete votos contra e duas abstenções. -----



-----PONTO CINCO-----

----- RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO E CONTAS DA PFR INVEST
- SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM, SA, RELATIVO AO
EXERCÍCIO FISCAL DE 2012 - APRECIACÃO E INDICAÇÃO DO
SENTIDO DE VOTO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA
ASSEMBLEIA GERAL DA EMPRESA. -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** abriu este ponto da ordem de trabalhos,
dando a palavra ao deputado **Miguel Costa** que fez uma abordagem aos
documentos apresentados, colocando no final a questão de como é que a
PFR poderia ser uma empresa viável se comprava terrenos a 500 e vendia
por 400.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que começou
por responder à pergunta, dizendo que quando se compra um terreno por
um determinado valor, depois de lhe retirar espaço para passeios, para
estacionamento e depois de o infraestruturar, e se lhe imputar todos os
custos originais, esse terreno vai ter um valor inflacionado, e é uma questão
que está a ser acompanhada pelo ROC, assim como todas as outras que são
levantadas pela oposição, esquecendo e sendo desvalorizada a criação de
novas fábricas, novos postos de trabalho e projectos de investimento
viáveis.-----

-----Pedi a palavra o deputado **Miguel Costa** para referir que, pelas
afirmações do Senhor Presidente, dá a ideia que se não existisse a PFR não
existiriam novas empresas, e os postos de trabalho existentes ficam



bastante aquém dos anunciados nos documentos. Pediu alguns esclarecimentos contabilísticos. Interveio o deputado **Paulo Ferreira** que afirmou que a oposição não é contrária ao investimento nem à criação de zonas industriais ou de postos de trabalho mas apenas se apoia nos números dos documentos apresentados e pelo que é apresentado, a PFR está falida porque nunca uma empresa que durante um ano tem um passivo de 40 milhões de euros, ter compromissos bancários em termos de compromissos de juros e gastos similares superiores a 1 milhão de euros e uma receita de vendas e serviços prestados de 447 mil euros não consegue sobreviver. A seu ver, estes números revelam o porquê das contas não estarem consolidadas. Pergunta ao Senhor Presidente se tem alguma estratégia para aguentar a empresa, mediante estes valores, sem ter de recorrer a empréstimos de curto prazo e acréscimo de juros para pagar ou se está a pensar em extingui-la.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que deu as explicações que os deputados anteriores solicitaram, referindo nomeadamente querer saber qual a empresa em que os postos de trabalho são mais reduzidos do que na realidade e respondendo que a estratégia adoptada com a PFR Invest é para continuar, que já deu grandes resultados ao nível da criação de postos de trabalho, resultados de investimento na ordem dos 255 milhões de euros, em volume de negócios no concelho na ordem dos 274 milhões de euros, 22 projectos de investimento concluídos e vários em negociação, e que no 1º trimestre deste ano o encaixe proveniente de vendas representou quase o dobro do ano passado e tem que ver com trabalho que tem sido feito, e os momentos em que se concretizam as vendas, os financiamentos, os quais podem ser consultados.-----



-----Pedi a palavra **Miguel Costa** para perguntar se há ou não dívidas ao fisco, ao que o Senhor **Presidente da Câmara** respondeu que não.-----



-----PONTO SEIS-----

----- APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2012 DA
EMPRESA MUNICIPAL GESPAÇOS, GESTÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS, E.M.-----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** abriu as inscrições. Interveio o
deputado **Paulo Ferreira** para, em nome da bancada do PS, dizer que esta
empresa é um acessório da Câmara Municipal, observando a percentagem
de receitas que esta empresa tem, vindas directamente da Câmara.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que afirmou
que foi o Partido Socialista que, quando foram aprovadas as linhas de
orientação da Gespaços, em 2006, concordou em alargar o âmbito de
actividade da empresa municipal em não ficar apenas com as piscinas
municipais e agora vem dizer que é apenas um acessório.-----

----- O deputado **Paulo Ferreira** respondeu que a vontade em alargar o
âmbito de actividades era para tentar justificar a existência da empresa, que
tem, neste momento, cerca de 80% de receitas da câmara municipal e, do
ponto de vista do Governo, essas empresas devem ser extintas.-----

-----Interveio o Senhor **Presidente da Câmara** que alertou o senhor
deputado para estar mais atento ao histórico da Gespaços, a qual veio
ganhando escala, integrou a gestão do pavilhão desportivo municipal, gere
2 complexos de piscinas, gere o pavilhão desportivo de Modelos, o
pavilhão desportivo de Paços de Ferreira, fez o investimento no piso do
pavilhão desportivo municipal, gere 11 espaços desportivos dos centros



escolares, gere o parque urbano, faz a limpeza de edifícios municipais, biblioteca, museus, faz a gestão do atendimento e da segurança reduzindo em mais de 50%, relativamente ao serviço que havia, optimizando e reduzindo os custos do que se estes serviços fossem feitos pela Câmara, e a alternativa a isto era menos capacidade, menos agilidade, diversidade, menos capacidade de resposta, factos que o Partido Socialista não quer ver.



-----PONTO SETE-----

----- RELATÓRIO ANUAL DA ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE
PROTECCÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PAÇOS DE FERREIRA.-----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para referir que este
assunto era apenas para conhecimento desta Assembleia e abriu as
inscrições. Não houve intervenções.-----

28



-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO-----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e dela, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser submetida à discussão e votação na próxima sessão.-----

----- A MESA -----